



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO II S.A.
CNPJ/MF nº 31.469.895/0001-31

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 20

		Nota 31/12/2023 31/12/2022				Nota 31/12/2023 31/12/2022					
ATIVO											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	7	612	6.196								
Concessionárias	8	2.113	1.844								
Impostos a compensar	9	7	6								
Despesas antecipadas	11	70	60								
Total		2.802	8.106								
Não circulante											
Partes relacionadas	10	317	4.941								
Imobilizado	12	148.261	152.233								
		148.578	157.174								
Total do ativo		151.380	165.281								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)											
	31/12/2023	31/12/2022									
Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.319	2.552									
Depreciações e amortizações	4.154	4.153									
Juros provisão desmantelamento	30	246									
Atualização monetária	92										
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	623									
	13.105	7.574									
Variações em:											
Concessionárias	(269)	2.474									
Impostos a compensar	(1)	4									
Despesas antecipadas	(10)	(60)									
Adiantamento a fornecedores		3.114									
Fornecedores	(5.036)	2.930									
Impostos a pagar	30	(1.156)									
Partes relacionadas	4.624	(36)									
Outras contas a pagar	(603)	12									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)											
	31/12/2023	31/12/2022									
1. CONTEXTO OPERACIONAL											
A Central Solar Pereira Barreto II ("Companhia" ou "PB II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em setembro de 2018, tem como objetivo social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fórum na Rodovia SP 563, Sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. 1.1. Autorização do Parque Solar Pereira Barreto II: Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto II, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.250 foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto II, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.250											
Empresa											
Usinas		Central Solar Pereira Barreto II									
Modalidade		Produtor Independente									
Outorga		Autorização									
Estado		SP									
Capacidade instalada (MW)		41,90									
Data do início da operação		2021									
Autorização / Registro	Inicio	06/05/2019									
	Término	05/05/2054									
1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ (20.806), devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021.											
2. BASE DE PREPARAÇÃO											
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avalia a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de junho de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 21 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.											
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO											
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.											
4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS											
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 12). • Provisão para arrendamento: reconhecimento da probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 15). • Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 14). • Receita operacional líquida: premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com dados da geração efetiva (nota explicativa nº 17); e • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 24).											
5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS											
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas/queda de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solar e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos adquiridos da alienação com o valor contábil do bém e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando houver evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado para identificar se houver evidências de perdas não recuperáveis. A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-la e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 1/CPIC 23 - Políticas contábeis e contabilidade de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, desmensurados ao seu valor justo. A Companhia adota a contabilidade de hedge e para o derivativo como: hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa). e) Hedge de fluxo de caixa: A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como hedge, contratada pela Companhia, resume-se a "NDF" que visa exclusivamente à proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos painéis solares e inversores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o patrimônio líquido até o seu efetivo pagamento onde é reclassificado para o custo do imobilizado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificado com hedge é mensurado através da posição da operação informada pela instituição financeira envolvida. f) Eficácia do hedge: A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. A relação de cobertura é altamente eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (itens cobertos) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MTM do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. As variações / volatilidade da taxa de câmbio à vista (risco coberto). A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparadas a taxas contratadas no derivativo.											
6. ALTERAÇÕES ADOTADAS PELO GRUPO											
As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPIC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-la e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPIC 23 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPIC 32 - Tributos sobre o Lucro: Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e											

Infraestrutura da Chaves P
Brasileira - IC



...continuação

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO II S.A. | CNPJ/MF nº 31.469.895/0001-31

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR						31/12/2023						31/12/2022						31/12/2023		31/12/2022					
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total		Juros recebidos		4	96		Caixa e equivalente de caixa		612	6.196		31/12/2023		31/12/2022				
Outras contas a pagar	350	5.614	5.964		53	6.004	6.058		Receita de variação cambial		57	58		Concessionárias		2.113	1.844								
Saldo em 31/12/2023	350	5.614	5.964		53	6.004	6.058		Receitas com derivativos		5	-		No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interrupções ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à		2.725	8.040								
A Companhia avaliou os contratos de arrendamento de terrenos do parque solar, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, no período de construção do parque solar, a Administração da Companhia autorizou os inícios das construções para o 2º semestre de 2020. A Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023.									Renda de aplicação financeira		77	93													
Saldo em 31/12/2023	350	5.614	5.964		53	6.004	6.058				143	247													
											(664)	(526)													
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE						31/12/2023						31/12/2022						31/12/2023		31/12/2022					
	Arrendamentos					IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL																
Saldo em 31/12/2021	5.567					18.634	18.634	18.141	18.141																
Adições	670					8%	12%	8%	12%																
Baixas	(320)					1.491	2.236	1.451	2.177																
AVP	627					143	143	189	189																
Pagamentos	(686)					1.638	2.379	1.641	2.366																
Saldo em 31/12/2022	6.058					25%	9%	25%	9%																
Adições	24																								
AVP	510																								
Pagamentos	(628)																								
Saldo em 31/12/2023	5.964																								
A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 13,56%, a.a., para terrenos.																									
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO						16.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2023 totalmente integralizado é de R\$ 107.136 (R\$ 102.597 em 31 de dezembro de 2022). O capital social é composto de 108.532.497 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.						16.2. Reservas: A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. a) Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou reserva de lucros de R\$ 5.499 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2022).						16.3. Resultado financeiro: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.						16.4. Riscos e incertezas: As considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contabilistas, sejam feitas com a devida segregação e função.	
17. RECEITAS OPERACIONAIS						17.1. Receitas operacionais						17.2. Imposto de renda e contribuição social corrente						17.3. Resultado financeiro		17.4. Resultado líquido					
	31/12/2023			31/12/2022			Nº de títulos			Nº de títulos															
Acionistas	108.532.497		100%	102.402		100%	108.532.497		100%	102.402		100%													
EDP Renováveis S.A.	108.532.497		100%	102.402		100%	108.532.497		100%	102.402		100%													
A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. a) Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou reserva de lucros de R\$ 5.499 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2022).																									
18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS						18.1. Custo do serviço						18.2. Compra de energia elétrica						18.3. Despesas operacionais		18.4. Despesas Gerais e administrativas					
	31/12/2023			31/12/2022			31/12/2023			31/12/2022															
Deduzão a receita operacional	7.704		1.944	(385)		(97)	7.319		1.847	7.704		1.944													
PIS / COFINS	18.634		18.141	18.634		18.141	(684)		(662)	17.949		17.479													
MWh comercializado	95		96	95		96	95		96	95		96													
19. RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2023			31/12/2022			Despesas financeiras			Despesas financeiras			Ajuste a valor presente			Atualização financeira			Despesas com garantias bancárias			Outras despesas financeiras			
	31/12/2023			31/12/2022																					
Despesas financeiras	(30)		(49)	(602)		(623)	(167)		(93)	(8)		(8)	(807)		(774)	1.97									